

História socioambiental | Socioenvironmental History

Autores/Authors: Márcio Amaral, María Rossi Idárraga,
e /and Francisco Lima



Inventário Rápido Biológico e Social No.33 | Rapid Biological and Social Inventory 33 **Alto Rio Içá, Brasil, maio/May 2025**

FEVEREIRO / FEBRUARY 2026

Como citar/Cite as: Amaral, Márcio, María Rossi Idárraga e /and Francisco Lima. 2026. História socioambiental / Socioenvironmental History. Chapter of Campbell, J.M., R.E.Oakley, C. Rutt, N.C.A.Pitman, and Fernanda Werneck (eds.), 2026. Brasil: Alto Rio Içá — Biological and Social Rapid Inventory 33. Chicago: Field Museum of Natural History.



Veja o relatório completo /
View the entire report here



Field Museum of
Natural History



Instituto Nacional de
Pesquisas da Amazônia
(INPA)



Wildlife Conservation
Society - Brasil (WCS)



Instituto de
Desenvolvimento
Sustentável
Mamirauá (IDS)



Núcleo de Estudos
Socioambientais do
Amazonas (NESAM –
UEA/UFAM)

As Comunidades do Alto Rio Içá: Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Esperança, Nova Floresta do Urutauí, São José, e Três Corações de Jesus

Capítulo 9 — História socioambiental

Autores: Márcio Amaral, María Rossi Idárraga e Francisco Lima

Introdução

Quais foram os acontecimentos e quais são os locais históricos mais importantes na história da paisagem e das populações do alto rio Içá?

Essa foi a pergunta geral que orientou a pesquisa histórica durante o inventário rápido social e biológico no Alto Rio Içá.

A história de longa duração e a engenharia da paisagem nessa região são pouco conhecidas a partir da arqueologia, da antropologia e do ponto de vista da sociedade brasileira. As primeiras evidências de campo apontam para uma complexa e duradoura permanência de populações indígenas, que resultou em marcas indelévels na paisagem, associadas a sistemas de saberes e memórias. Em cada roçado aberto sobre uma antiga capoeira, nas plantas cultivadas e manejadas, nas moradas dos encantados e nas trilhas de caça, podemos perceber sinais da presença humana que remontam a milhares de anos.

Essa percepção é significativamente ampliada quando a pesquisa de campo é desenvolvida de forma participativa com as comunidades indígenas e ribeirinhas (Amaral e Holanda de Araújo, 2025; Honorato e Rocha, 2024). Essa abordagem abre um leque de possibilidades para o registro e a compreensão de antigos padrões de ocupação, associados a sistemas agroflorestais em terra firme, a construções monumentais nas várzeas e à sua conexão com o presente de um território que acolheu de volta seus antigos habitantes.

Por outro lado, os processos históricos de ocupação colonial na Amazônia costumam ser contados a partir de uma cronologia que utiliza como marcadores os diferentes sistemas de exploração e produção econômica (Alencar, 2007:5). Esse tipo de aproximação desconsidera os processos nativos, as formas locais de habitar e entender o território, e as estratégias de resistência e adaptação dos povos. Também reforça a ideia de que a expansão da economia baseada na exploração de recursos naturais levou ao extermínio das populações indígenas e invisibiliza os conhecimentos e a agência dessas populações ao longo da história (Alencar 2007:5; Porro 1996).

O trabalho colaborativo desenvolvido no Inventário permitiu reverter essa perspectiva e evidenciar o papel central dos povos indígenas do alto Içá na configuração da paisagem e na construção de suas próprias formas de vida. Nesse sentido,

foi possível compreender esse território como um espaço de conexão entre diferentes geografias, moldado por inúmeros encontros interculturais, antes e depois do início da invasão europeia.

Métodos

A metodologia de campo baseou-se em duas linhas de pesquisa em constante diálogo: a primeira, centrada na arqueologia pré-colonial e colonial das terras baixas amazônicas; e a segunda, voltada para os processos históricos mais recentes, com ênfase nas histórias de mobilidade, resistência, gestão da paisagem e nos sistemas atuais de sociabilidades, cujas origens estão enraizadas na ancestralidade. Em ambas as abordagens, seguimos a mesma estrutura de planejamento, princípios e metodologias descritos no capítulo “Panorama do Inventário Social”, trabalhando de forma colaborativa com mapeamentos, entrevistas, diálogos e caminhadas pelo território.

Mais especificamente, para a pesquisa arqueológica, adotamos os parâmetros utilizados desde 1995 pelo Projeto Amazônia Central (PAC), os quais têm se mostrado eficazes na delimitação, mapeamento, escavação e interpretação de sítios arqueológicos na Amazônia Central e nas regiões do médio e alto Solimões (Neves, 2003; Amaral e Holanda de Araújo, 2025). Por meio da oralidade, investigamos a importância desses locais no ordenamento da vida cotidiana, bem como as práticas e saberes a eles associados. Buscamos promover a socialização do patrimônio arqueológico e suas relações com os povos originários, fortalecendo laços de reciprocidade e confiança com a pesquisa acadêmica (Silva, 2022, p.3).

Resultados e Discussão

Contexto indígena e registros arqueológicos

A história indígena do médio e alto Solimões representa um fenômeno cultural e demográfico de longa duração, datado de aproximadamente 3.300 anos (Porro 1996; Tamanaha et al., 2019), e pode ser dividida em dois períodos: antes e depois do início da invasão europeia. Com a chegada dos primeiros invasores no século XVI — quando Francisco de Orellana percorreu parte da bacia amazônica e mencionou a região —

a historiografia registra, entre as populações indígenas, um amplo e diversificado quadro sociocultural e demográfico, com políticas, usos e costumes variados (Drummond, 1950; Acuña, 1941). Um extenso território, registrado entre a margem esquerda do alto Solimões e a região do baixo curso do rio Içá, era ocupado por assentamentos de populações falantes de línguas do tronco Tupi-Guarani, denominadas Arikana. No século XVII, esse território foi ampliado sob o controle do povo Omágua, estendendo-se pelo médio Solimões, desde a região dos rios Purus/Coari até a foz do Juruá, avançando rio acima no Solimões por mais de 700 km e alcançando o rio Napo, já em território peruano (Amaral e Holanda de Araújo, 2025; Drummond, 1950; Nunes, 1921–1924; Porro, 1981, 1996; Vásquez de Espinoza, 1948). Os atuais Kokama e Kambeba provavelmente estão relacionados aos Arikana e aos Omágua, ambos falantes de línguas do tronco Tupi-Guarani.

Esse antigo território, descrito pela bibliografia histórica e reconhecido na atualidade pela pesquisa arqueológica como uma área de rica diversidade sociocultural indígena, é o local onde as pesquisas do Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA) têm concentrado esforços e revelado importantes vestígios da presença indígena de origem pré-colonial e colonial. Na parte baixa do rio Içá foram descritos mais de uma dezena de sítios arqueológicos do tipo aterrados e cavadas (Amaral 2019, 2020).

Os aterrados são construções de terra em forma de grandes ilhas, com conformação retangular ou circular, cuja área varia entre 0,5 e 2 hectares (Amaral, Holanda & Tamanaha, 2022). Essas ilhas artificiais foram erguidas na planície alagável por meio da movimentação de milhares de metros cúbicos de solo aluvionar retirado das proximidades, ao qual foram adicionados fragmentos cerâmicos e resíduos de origem orgânica. A vegetação que atualmente as recobre é diversificada e de origem antrópica.

O solo dessas estruturas é composto por camadas de terra preta indígena (TPI), de coloração marrom ou preta, com espessura que varia entre 50 cm e 2 metros. Sua formação é caracterizada pela diversidade de elementos minerais e materiais orgânicos, incluindo solo aluvionar, restos de construções, fragmentos cerâmicos, ossos de fauna variada, resíduos de fogueiras, carvões, sementes carbonizadas, alimentos, urina, fezes e sepultamentos em urnas (Amaral, Tamanaha & Holanda de Araújo, 2022; Amaral et al., 2019; Amaral, 2018).

Esses materiais indicam a rica biodiversidade e os padrões alimentares das populações construtoras de aterrados e cavadas, assim como aspectos de sua organização social e práticas funerárias. O estudo dessas evidências, aliado à

continuidade das pesquisas, contribui para uma compreensão mais ampla das ações humanas, de suas interações com o meio ambiente e das dinâmicas socioculturais dessas populações — incluindo suas adaptações ao ambiente alagado de várzea, bem como seus usos e costumes ao longo da história.

Os estudos preliminares no alto Içá identificaram uma forma de engenharia da paisagem composta por quatorze sítios arqueológicos, localizados em áreas de terra firme e nas várzeas, estrategicamente associados a fontes de recursos. Trata-se de contextos similares aos descritos para as regiões do médio e alto Solimões e do baixo rio Içá (Amaral, Tamanaha & Holanda de Araújo, 2022), compostos por sítios do tipo “aterrados” e “cavadas”, associados a sistemas lacustres piscosos, manejo agroflorestal, fontes de matéria-prima, além de lugares considerados especiais ou perigosos (Amaral et al., 2019, p. 3). Esses sistemas de gestão apresentam continuidade histórica e ainda fundamentam decisões contemporâneas sobre o uso da terra e a conectividade da paisagem.

Nos sítios Itu e Mamuriá, em terra firme, foram registradas camadas consistentes de terra preta indígena (TPI) com mais de 1 metro de profundidade, contendo prováveis sepultamentos em vasos de boca expandida, com pintura vermelha geométrica ou em faixas largas sobre fundo branco, semelhantes aos vasos funerários registrados em sítios do tipo aterrados e cavadas no médio Solimões, onde não foram utilizadas tampas cerâmicas (Amaral e Holanda de Araújo 2025). De modo geral, esses contextos apresentam TPI profunda, associada a um material cerâmico abundante e diversificado, com destaque para utensílios do tipo Japuna, que são fornos cerâmicos de tamanhos variados utilizados para o processamento de mandioca, entre outras fontes de alimento vegetal.

Quanto à cultura material cerâmica e lítica, foram encontrados numerosos objetos completos e fragmentos que registram uma grande variedade de cerâmicas utilitárias e ritualísticas dos períodos pré-colonial, colonial e cabôca, e denotam o domínio de uma grande diversidade de técnicas funcionais e decorativas e um amplo uso da biodiversidade local. Vale destacar a descoberta de blocos de arenito de La Pedrera, no Rio Caquetá, que chegaram ao alto curso do rio Içá por meio das antigas redes de sociabilidades de longa distância (Koch-Grunberg, [1909]2005) ainda ativas e corroboradas por meio da oralidade (Anísio Kambeba, comunicação pessoal, 2025) ([Apêndice A](#) “Cerâmica e cultura material lítica associadas ao contexto arqueológico do Alto Içá.”)

Os dados arqueológicos registrados no alto Içá não permitem, no momento, estabelecer quais foram os grupos que

ocuparam os barrancos de terra firme ou os construtores de aterrados e cavadas. Todavia, os sítios arqueológicos identificados seguem o mesmo padrão de outras áreas do médio e alto Solimões, tanto em terra firme quanto em várzea (Amaral, 2019; Amaral e Holanda de Araújo, 2025). Uma projeção plausível, aponta que populações falantes de línguas do tronco Tupi-guarani (Aricana e Omágua?), os prováveis ancestrais dos Kokama e Kambeba que hoje ocupam territórios no Alto Içá, em período ainda não conhecido adentraram a calha do Içá instalado assentamentos sobre os barrancos de terra firme e nas áreas de várzea.

As análises das indústrias cerâmicas, baseadas nas varreduras de superfície e em análises preliminares de vasos completos e fragmentos cerâmicos coletados por moradores do Alto Içá, revela também uma proximidade estilística com as tipologias registradas em aterrados e cavadas na região do baixo curso do rio Içá, além de outras áreas do médio e alto Solimões (Amaral, Holanda de Araújo e Tamanha 2022; Amaral e Holanda de Araújo 2025).

Configuração de um território intercultural

Com a invasão europeia, e até o século XIX, ocorreram mudanças profundas nos sistemas socioculturais indígenas. A pressão ibérica e suas políticas genocidas empurraram coletivos indígenas das margens e várzeas do Solimões e de seus tributários, provocando despovoamento e fuga para áreas mais remotas, como os interflúvios e as partes mais altas do Içá, nos atuais Colômbia e Peru, onde o Içá é conhecido como Putumayo. Os Kokama e Kambeba refugiaram-se então no que hoje é o Peru e a Colômbia, chegando ao ponto de o povo Kukama ter sido considerado extinto no Brasil, até os anos de 1970 (Drummond 1950: 97; Lopes e Noda, 2021).

Esse vazio demográfico permitiu que grupos situados em áreas de interflúvios, menos acessíveis à sanha colonialista, passaram a ocupar os antigos territórios dos Omáguas e de outros grupos (Fritz, 1691). Esses deslocamentos e novas ocupações forjaram adaptações dos povos e reinvenção de territórios.

O Içá desempenhou também um papel de ligação entre territórios. Desde o século XVII, quando expedições espanholas e portuguesas utilizaram o rio para reconhecimento territorial e contato com povos indígenas, até o início do século XIX, com o começo de missões cartográficas mais sistemáticas entre Colômbia, Peru e Brasil.

Entre 1850 e 1870, a navegação se intensificou também para o comércio de produtos florestais, com a instalação de postos comerciais e missionários. Entre 1880 e 1910, durante o período da borracha, o rio se tornou via essencial para o escoamento do látex e cenário de surgimento de grandes barracões e empresas seringalistas. Com o declínio da borracha, entre 1911 e 1920, a atividade comercial diminuiu, mas o Içá manteve alguns postos para pesca e coleta de produtos florestais.

E continua exercendo esse papel de interconexão até hoje, por exemplo com as embarcações colombianas de combustível que descem o rio Putumayo desde Puerto Asis, atravessam a fronteira, e chegando em Santo Antônio do Içá, sobem o Solimões, até atravessar de novo a fronteira Brasil – Colômbia, e abastecer Leticia.

Fluxos populacionais em direção ao Içá no século XX estão relacionados ao período da borracha na região. Kambeba e Tikuna narraram que no início do século moravam na região povos que foram impactados pela violência dessa atividade no rio Putumayo, entre Colômbia e Peru, e chegaram buscando refúgio. Dentre eles, estão os Witoto e Bora- Miraña, que fazem parte dos grupos conhecidos na literatura etnográfica como ‘gente de centro’ (Pineda 2000, 2010), além dos povos Yagua e Tikuna.

O uso atual dos aterrados como local de estação de pesca, moradia e plantio pela população atual é atribuído pelos Kambeba e Kukama de Itu e Mamuriá aos Witoto que chegaram nessas circunstâncias. Aldeias Witoto foram relatadas no alto Içá nas décadas de 1950 e 1960, um pouco antes da instalação das famílias Kambeba, Kukama e Tikuna que hoje povoam a área (cacique Higino Kukama, comunicação pessoal, 2025).

Também desde o início do século XX, até a década de 1970, ‘colocações’ instaladas nos Igarapés Mamuriá, Urutauí, Paraná do Jaci, e “aterrado”¹ da Julieta, dentre outros, foram residência de indígenas oriundos de outros pontos no Solimões e Javari, e também de nordestinos. Algumas famílias Tikuna continuaram morando nesses locais depois do fim do mercado da borracha, em 1984, e passaram a se dedicar à roça e outras formas de manejo da floresta.

Provavelmente a porção noroeste do Içá seja também território de povos indígenas isolados. Durante o inventário foram registrados relatos sobre presença de indígenas Marubo e Kaixana, e de conflitos com indígenas ‘caceteiros’, pintados

1 As aspas neste caso, obedecem à que é o uso da palavra por parte da população local. A população nas comunidades do alto Içá, classifica como “aterrado” a sítios de terra firme e de várzea, esta classificação então, é sinônimo de sítio arqueológico, de antigas aldeias, tanto de terra firme quanto de várzea.

de vermelho, que teriam passado pela região. Segundo informações levantadas pelos moradores, provavelmente seriam Maku, vindo do Norte ([Apêndice B](#)). Indícios de povos indígenas isolados no Alto Içá).

Entre militares e indigenistas

A localização fronteiriça do alto Içá também influencia sua configuração atual. Entre 1890 e 1900, disputas territoriais entre Brasil, Colômbia e Peru reforçaram seu papel estratégico, culminando em expedições militares e diplomáticas em 1904 e 1905 para demarcação de fronteiras. As fronteiras nacionais nesta região foram definidas em sua forma atual nas décadas de 1920 e 1930, e efetivadas a partir de 1933, após o fim da guerra entre Colômbia e Peru, e após o acordo tri nacional, de 1934, no qual fica definida a linha Apapóris - Tabatinga, que marca a divisão entre Colômbia e Brasil na divisa Putumayo / Içá (Zárate, 2008 e 2019; Ramirez, 2015). Esses tratados fronteiriços consolidaram o uso do rio como parte da divisa e rota de integração, função que continuou na segunda metade do século XX, com presença de missões religiosas e postos militares (Ramirez, 2015).

De território intercultural, entre fluxos e disputas, o Putumayo-Içá passou a estar dividido entre dois países, e, portanto, no século XX, a institucionalidade Brasileira ganha destaque, particularmente, a indigenista e a militar.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, que tinha sido criado em 1910 com a finalidade de prestar assistência aos indígenas do Brasil e estabelecer centros agrícolas (Brasil, 1910), foi substituído pela FUNAI em 1967 (Brasil, 1976). O SPI esteve mais presente no Solimões do que no Içá, e, de acordo com Pacheco de Oliveira (2015) apesar de seu papel formal de “protetor”, o SPI frequentemente reproduzia práticas de dominação, aliando-se a interesses de patrões e fazendeiros, e apresentava dificuldades para garantir efetivamente a posse territorial indígena. A FUNAI herda sua estrutura e parte de suas práticas tutelares; embora houvesse mudanças institucionais, a relação com as comunidades indígenas manteve aspectos de controle e centralização, continuando com um indigenismo que operava como dominação.

Durante o período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, a Amazônia virou imperativo de segurança nacional; as questões indígenas, que já eram de domínio federal, passaram a ser também de interesse estratégico, e o indigenismo foi mais marcadamente influenciado pelo militarismo.

Nesse mesmo período, entre 1968 e 1984, Santo Antônio do Içá fez parte dos municípios de interesse de segurança nacional, e, portanto, o prefeito (biônico) era indicado pelo governador, e devia ‘merecer a confiança’ do presidente (Brasil, 1968, 1984). Em 1969, foi criado o Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL) (Brasil, 1969) com sede em Tabatinga e jurisdição desde o Javari até Japurá, incluindo certamente o Içá.

Este papel estruturante da institucionalidade militar não cessou com a democratização; pelo contrário, o Projeto Calha Norte (1985 – 1990), que, dentre outras coisas estabeleceu a faixa de Fronteira (150 km ao longo das fronteiras internacionais), manteve a continuidade da tutela militar sobre a Amazônia e sobre a política indigenista (Pacheco de Oliveira, 2021: 20).

Em 1992, o CFSOL passa a ter a configuração atual: Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva, do qual depende o 2º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) Ipiranga, no rio Içá, na divisa entre Brasil e Colômbia. Em 1956 havia sido concluída a primeira sede do PEF na atual comunidade de Nova Esperança, também conhecida como Ipiranga Velho. Os moradores lembram dessa primeira construção até a década de 1970, que em 1974 foi deslocada rio acima até a fronteira com Colômbia, onde o 2º PEF permanece nos dias atuais²

Um novo centro organizador: A Vila Alterosa do Jui

Uma nova força estruturante se instala na região na década de 1970: a religião da Santa Cruz, e seu centro espiritual e territorial. Em 3 de novembro de 1974 foi fundada a Vila Alterosa do Jui, com o nome Vila UPA de Jesus (União, Paz e Amor), como sede espiritual da Irmandade da Santa Cruz, que seria uma “cidade espiritual” e um local de salvação.

Seu fundador foi José Francisco da Cruz, nascido em Minas Gerais em 1913, começou uma peregrinação carregando uma bíblia e uma cruz, e percorreu diversos estados brasileiros, além de Uruguai, Argentina e Paraguai, antes de seguir em direção às regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, Perú e Colômbia, para finalmente estabelecer-se no Jui (Paula 2018; Guareschi 1985, Oro 1977).

Oro descreve a religião da Santa Cruz como um movimento messiânico com forte caráter sincrético, que combina elementos do catolicismo (cruzes, rezas, procissões), influências evangélicas (ênfase na Bíblia, cânticos) e práticas indígenas (visões, curas e profecias), criando um sistema próprio de culto e identidade. O símbolo central é a cruz de madeira, plantada em cada comunidade adepta, diante da qual

2 COUTINHO 2017, REIS, 2024 e SANTOS, 2023 fazem referência à história do CFSOL, citando o site oficial dele <http://www.8bis.eb.mil.br/> que agora está fora do ar.

se realizam orações coletivas (Oro 1977, 1989). Sua estrutura é hierárquica e descentralizada: cada comunidade tem um uma diretoria com vários membros e um diretor ou líder local responsável por coordenar rituais, manter a disciplina e representar o grupo em reuniões regionais. Existem encontros maiores entre várias aldeias, comemorando a data de plantação da cruz em cada comunidade, reforçando a coesão do movimento e a autoridade de suas lideranças centrais.

José Francisco da Cruz liderou a Irmandade da Santa Cruz e a vila entre 1974 e sua morte, em 1982, com uma economia baseada em trocas de produtos e serviços, sendo a monetização pouco comum. Após seu falecimento, a liderança da vila e da igreja passou para o pastor Valter Neves da Cruz, até 2007. Durante sua liderança, o trabalho comunitário, que antes era esporádico, tornou-se rotineiro, e com o crescimento da população na Vila começaram dificuldades de abastecimento e fome, precisando aumentar as fontes de recursos, e aumentando a pressão nos territórios vizinhos (Oro, 1989). Sua gestão foi marcada por um enfoque maior na construção e infraestrutura da vila, e por um estilo de liderança mais autoritário, que gerou conflitos internos. Foi sucedido pelo Pastor Dalmácio Pinheiro de Castro, autoridade atual (Paula, 2018).

A Vila Alterosa do Juí tem uma localização estratégica, no curso médio do Içá, entre a fronteira e a sede do município, e próxima aos rios Içá e Igarapé Puretê, o que permite o acesso aos territórios do Peru e da Colômbia. Segundo Paula (2018) e relatos de moradores, oferece diversos serviços que a tornam central na rede urbana local e regional ao redor da educação e da saúde, além de centralizar o eleitorado em um dos quatro locais de votação fora da sede municipal. Também é um polo de comércio, tanto para a venda de produtos quanto para a comercialização de produtos agrícolas e extrativistas da região. Como sede espiritual da Irmandade da Santa Cruz, a vila atrai fiéis e serve como “matriz” para 68 localidades no Peru, 43 no Brasil e 13 na Colômbia. Esta religião tem impactado as formas de assentamento do Içá, concentrando população na Vila (1.683 pessoas, de acordo com o Censo do IBGE de 2010); orientando o estabelecimento atual de várias comunidades, e promovendo a circulação de pessoas entre as comunidades, que se reúnem em festas comemorativas.

Embora as comunidades do alto Içá estejam assentadas em locais que já foram povoados no passado, a fundação de muitas delas é associada com frequência pelos atuais moradores ao incentivo e a autorização dadas pelo Irmão José. É o caso de Mamuriá II, onde a cruz teria sido plantada por ele em 1973, e Três Corações, localizada no Igarapé Itú, cujo nome

em língua Kambeba, significa vento, que teve sua cruz plantada perto de 1972.

Fundações mais recentes, novas relações institucionais e fortalecimento da identidade indígena

A década de 1980 marca a história recente do povoamento do alto rio Içá. Em 1981 o senhor José Adão fundou Santa Terezinha; em 1983 Mamuriá II foi registrada em cartório, e a Cruz de Mamuriá I foi plantada; e em 1989 foi fundada Nova Esperança. Em 1986 a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, FUNAI, registrou formalmente Tikunas e Kukamas em Mamuriá.

Já nos anos 1990, aumenta a pressão sobre os recursos naturais, de várias formas: foi reportada a presença de umas 70 dragas em busca de ouro; a Vila Alterosa do Juí cresce, aumentando a demanda por alimentos, e a disponibilidade de pesca e caça começa a diminuir. Essa pressão exercida por “pessoas de fora”, através de invasões dos lagos, caça e tala seletiva, continua aumentando no século XXI, segundo numerosos testemunhos registrados durante o inventário.

Os anos 2000 também trazem coberturas de zinco para os telhados e fogões a gás, e a políticas sociais de aposentadoria, bolsa família, saúde e educação. As comunidades do alto Içá começam a ser registradas pela Secretaria de Saúde Indígena, SESAI, criada em 2010, e a ser atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões, DSEI – ARS, sediado em Tabatinga, e com um polo base em Vila Betânia desde 2017. Também vale destacar a fundação da comunidade Nova Floresta, no Urutauí, em 2022, sua inclusão em 2025 nas políticas de saúde e educação, com a contratação da primeira professora e registro da SESAI.

No século XXI a população do alto Içá, majoritariamente jovem, está reivindicando seus direitos enquanto indígenas. Depois de serem considerados extintos e terem sua identidade negada por décadas (ISA 2018), em 2010 moravam 9.636 pessoas declaradas Kokama nos rios Solimões/Amazonas e Içá, no Brasil, incluindo até o Vale do rio Ucayali, no Peru, de acordo com um relatório da extinta Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Temos um processo de reivindicação da identidade em várias práticas e discursos. Por exemplo, em Mamuriá II as crianças deixaram de aprender a língua Kokama na década de 1980 com a morte de uma das últimas falantes da família e por proibições religiosas, mas atualmente a língua está em processo de vitalização, com o feliz plano de contratar uma professora da língua Kokama para o 2026. Nas últimas décadas, a criação e homologação de terras e a

autodeterminação têm proporcionado o retorno de coletivos indígenas aos seus antigos territórios, ampliando a diversidade cultural com presença de Kokama, Kambeba, Kaixana, Kanamari, Witoto e Tikuna.

A atualidade: um território com uma história viva

A história contada neste capítulo constitui o que poderia ser visto como as peças fundamentais, dinâmicas e interligadas do território atual. A pesquisa arqueológica mostra como o alto Içá é o resultado da engenharia em larga escala que sustentou a construção de pelo menos nove aterrados na várzea e sítios de terra preta indígena na terra firme, que foram e ainda são manejados com múltiplas estratégias entrelaçando recursos pesqueiros, fauna terrestre e manejo e domesticação de plantas (Amaral e Holanda de Araújo 2025). Estas descobertas só foram possíveis pela presença viva de sistemas de saberes ancestrais que são transmitidos através da oralidade, em relatos e práticas de povos Kambeba, Tikuna, Kokama, Kaixana, Bora-Miranha, Witoto, Macu e Marubo.

A população é herdeira de uma história de circulação e adaptações, na qual os saberes e práticas de manejo do território, de cuidados da saúde e de relações com seres encantados na região, estão nutridos por relações de convivência intercultural, que se faz presente nas trajetórias individuais e familiares de habitação e circulação pelo território entre o Putumayo, Içá, Solimões, Javari e Japurá. No presente das comunidades, a história familiar e étnica, fazem parte dos marcadores de identidade, e são também o sustentáculo para explicar e organizar relações interculturais, reivindicar direitos e reconhecimento e para propor consensos, ou resolver conflitos (ver Capítulo 11).

Conclusão

A população das comunidades do Alto Içá faz da sua história um elemento articulador de seus sistemas vitais. Este capítulo contribui para a reivindicação de direitos frente à sociedade nacional brasileira e a preservação dos modos de vida, costumes e território dos povos desta região ao fazer visível essa história e estabelecer um vínculo entre o passado e o presente.

Na análise aqui apresentada torna-se visível como este território, que tem sido durante séculos um espaço de circulação, exploração e disputas por controle de comércio e de pessoas, é também um território de refúgio e riqueza intercultural, moldado pelos seus moradores durante milênios, como demonstrado por uma engenharia da paisagem em larga escala e pela presença viva de conhecimentos e práticas ancestrais.

Apesar das mazelas, essas comunidades têm se utilizado de resistência e resiliência, mantendo vivos sistemas de saberes e vínculos com a floresta, os rios, o tempo das águas, das plantas e os encantados que transitam entre seus mundos (ver também Capítulo 10). A pesquisa histórica e arqueológica mostra que esses vínculos milenários são o que tem dado à paisagem sua forma atual e que muitos desses sítios, estrategicamente inseridos na paisagem, hoje são também lugares de permanência, festa e plantio, demonstrando que a história indígena aqui não está apenas enterrada: cresce junto com o açai, a palmeira tucum, a mandioca e o cará.

Chapter 9—Socioenvironmental History

Authors: Márcio Amaral, María Rossi Idárraga, and Francisco Lima

1. Introduction

What events occurred, and which places are the most important historical sites in the history of the landscape and the peoples of the upper Rio Içá?

This was the overarching question that guided the historical research conducted during the Rapid Social and Biological Inventory in the Alto Rio Içá.

The long-term history and landscape engineering of this region are still poorly known from the perspectives of archaeology, anthropology, and Brazilian society at large. Initial field evidence points to a complex and enduring Indigenous presence, which has left indelible marks on the landscape, closely associated with systems of knowledge and memory. In every swidden field opened on an old fallow, in cultivated and managed plants, in the dwellings of the *encantados* (spirit beings), and along hunting trails, one can perceive signs of human presence that date back thousands of years.

This understanding is significantly expanded when field research is conducted in a participatory manner with Indigenous and riverine communities (Amaral & Holanda de Araújo 2025; Honorato & Rocha 2024). Such an approach opens up a wide range of possibilities for documenting and interpreting ancient patterns of occupation, associated with agroforestry systems in terra firme, monumental constructions in floodplain environments, and their connections to the present-day territory—a territory that has, in recent decades, welcomed back many of its former inhabitants.

By contrast, historical processes of colonial occupation in Amazonia are often narrated through a chronology that uses successive systems of economic exploitation and production as its primary markers (Alencar 2007:5). This approach overlooks Indigenous processes, local ways of inhabiting and understanding territory, and strategies of resistance and adaptation developed by Indigenous peoples. It also reinforces the idea that the expansion of resource-based economies led to the extermination of Indigenous populations, while rendering invisible the knowledge and agency of these populations throughout history (Alencar 2007:5; Porro 1996).

The collaborative work carried out through the Inventory made it possible to reverse this perspective and to highlight the central role of Indigenous peoples of the upper Içá in shaping the landscape and in constructing their own ways of life. From this standpoint, the territory can be understood as a space of connection among different geographies, shaped by numerous intercultural encounters, both before and after the onset of European invasion.

2. Methods

Field methodology was based on two research lines in constant dialogue. The first focused on the pre-colonial and colonial archaeology of Amazonian lowlands; the second addressed more recent historical processes, with emphasis on histories of mobility, resistance, landscape management, and contemporary systems of sociability whose origins are rooted in ancestral experience. In both approaches, we followed the same planning structure, principles, and methodologies described in the chapter “General Panorama of the Social Inventory,” working collaboratively through mapping, interviews, dialogues, and guided walks across the territory.

More specifically, for archaeological research we adopted the parameters used since 1995 by the Central Amazon Project (Projeto Amazônia Central – PAC), which have proven effective for the delimitation, mapping, excavation, and interpretation of archaeological sites in Central Amazonia and in the middle and upper Solimões regions (Neves 2003; Amaral & Holanda de Araújo 2025). Through oral histories, we investigated the importance of these sites in the organization of everyday life, as well as the practices and bodies of knowledge associated with them. We sought to promote the socialization of archaeological heritage and its relationships with Indigenous peoples, strengthening bonds of reciprocity and trust with academic research (Silva 2022, p. 3).

3. Results and Discussion

Indigenous Context and Archaeological Records

The Indigenous history of the middle and upper Solimões represents a long-term cultural and demographic phenomenon

dating back approximately 3,300 years (Porro 1996; Tamanaha et al. 2019), and can be divided into two broad periods: before and after the onset of European invasion. With the arrival of the first invaders in the sixteenth century—when Francisco de Orellana traversed part of the Amazon Basin and mentioned the region—historical sources record a broad and diverse sociocultural and demographic panorama among Indigenous populations, with varied political systems, practices, and customs (Drummond 1950; Acuña 1941). An extensive territory, documented between the left bank of the upper Solimões and the lower course of the Içá River, was occupied by settlements of populations speaking languages of the Tupi-Guarani stock, known as Arikana. In the seventeenth century, this territory expanded under the control of the Omágua people, extending along the middle Solimões from the Purus/Coari river region to the mouth of the Juruá, advancing more than 700 km upriver along the Solimões and reaching the Napo River, already in present-day Peru (Amaral & Holanda de Araújo 2025; Drummond 1950; Nunes 1921–1924; Porro 1981, 1996; Vásquez de Espinoza 1948). Contemporary Kokama and Kambeba populations are likely related to the Arikana and Omágua, both speakers of Tupi-Guarani languages.

This ancient territory—described in the historical literature and currently recognized by archaeological research as an area of rich Indigenous sociocultural diversity—is where investigations by the Archaeology Laboratory of the Mamirauá Sustainable Development Institute (IDSM) have concentrated efforts, revealing important evidence of pre-colonial and colonial Indigenous presence. In the lower Içá River, more than a dozen archaeological sites of the *aterrados* and *cavadas* types have been documented (Amaral 2019, 2020).

Aterrados are earthen constructions shaped as large islands, rectangular or circular in form, ranging from 0.5 to 2 hectares in area (Amaral, Holanda & Tamanaha 2022). These artificial islands were built in floodplains through the movement of thousands of cubic meters of alluvial soil extracted from nearby areas, to which ceramic fragments and organic residues were added. The vegetation that currently covers them is diverse and of anthropogenic origin.

The soils of these structures consist of layers of Indigenous dark earth (*terra preta indígena*), brown to black in color, with thicknesses ranging from 50 cm to 2 meters. Their formation is characterized by a diversity of mineral elements and organic materials, including alluvial soils, construction debris, ceramic fragments, bones of varied fauna, hearth residues, charcoal, carbonized seeds, food remains, urine, feces, and urn burials

(Amaral, Tamanaha & Holanda de Araújo 2022; Amaral et al. 2019; Amaral 2018).

These materials indicate the rich biodiversity and dietary patterns of the populations who constructed the *aterrados* and *cavadas*, as well as aspects of their social organization and funerary practices. The study of this evidence, combined with ongoing research, contributes to a broader understanding of human actions, interactions with the environment, and the sociocultural dynamics of these populations—including their adaptations to floodplain environments and their uses and customs over time.

Preliminary studies in the upper Içá identified a form of landscape engineering composed of fourteen archaeological sites located in terra firme areas and floodplains, strategically associated with resource sources. These contexts are similar to those described for the middle and upper Solimões and the lower Içá River (Amaral, Tamanaha & Holanda de Araújo 2022), comprising *aterrados* and *cavadas* associated with fish-rich lacustrine systems, agroforestry management, sources of raw materials, and places considered special or dangerous (Amaral et al. 2019, p. 3). These management systems show historical continuity and continue to underpin contemporary decisions regarding land use and landscape connectivity.

At the Itu and Mamuriá sites, in terra firme areas, consistent layers of Indigenous dark earth (TPI) exceeding 1 meter in depth were recorded, containing probable burials in vessels with expanded rims, decorated with red geometric motifs or broad bands over a white background—similar to funerary vessels documented at *aterrados* and *cavadas* sites in the middle Solimões, where ceramic lids were not used (Amaral & Holanda de Araújo 2025). In general, these contexts exhibit deep TPI associated with abundant and diverse ceramic material, notably including Japuna-type utensils—ceramic ovens of varying sizes used for processing manioc and other plant-based foods.

Regarding ceramic and lithic material culture, numerous complete objects and fragments were recovered, documenting a wide range of utilitarian and ritual ceramics from pre-colonial, colonial, and *cabôca* periods, indicating mastery of diverse functional and decorative techniques and extensive use of local biodiversity. Particularly noteworthy is the discovery of sandstone blocks from La Pedrera, on the Caquetá River, which reached the upper Içá through ancient long-distance networks of sociability (Koch-Grünberg [1909] 2005) that remain active and are corroborated through oral histories (Anísio Kambeba, personal communication, 2025) (Appendix

A: “*Ceramic and Lithic Material Culture Associated with the Archaeological Context of the Upper Içá*”).

The archaeological data recorded in the upper Içá do not yet allow for definitive identification of the groups that occupied the terra firme bluffs or constructed the *aterrados* and *cavadas*. Nevertheless, the identified sites follow the same pattern observed in other areas of the middle and upper Solimões, both in terra firme and floodplain contexts (Amaral 2019; Amaral & Holanda de Araújo 2025). A plausible projection suggests that populations speaking Tupi-Guarani languages (Arikana and Omágua?), probable ancestors of present-day Kokama and Kambeba peoples occupying territories in the upper Içá, entered the Içá channel at an as-yet-undetermined time, establishing settlements on terra firme bluffs and in floodplain areas.

Analyses of ceramic industries—based on surface surveys and preliminary assessments of complete vessels and ceramic fragments collected by residents of the upper Içá—also reveal stylistic affinities with typologies recorded at *aterrados* and *cavadas* sites in the lower Içá River, as well as in other areas of the middle and upper Solimões (Amaral, Holanda de Araújo & Tamanaha 2022; Amaral & Holanda de Araújo 2025).

Configuration of an Intercultural Territory

With the onset of European invasion and extending through the nineteenth century, profound transformations occurred in Indigenous sociocultural systems. Iberian pressure and genocidal policies pushed Indigenous collectives away from the banks and floodplains of the Solimões and its tributaries, producing depopulation and flight toward more remote areas, such as interfluvial zones and the upper reaches of the Içá, in what are today Colombia and Peru—where the Içá is known as the Putumayo. Kokama and Kambeba peoples sought refuge in what is now Peru and Colombia, to the point that the Kukama were considered extinct in Brazil until the 1970s (Drummond 1950: 97; Lopes & Noda 2021).

This demographic void enabled groups situated in interfluvial areas—less accessible to colonial violence—to occupy former Omágua territories and those of other groups (Fritz 1691). These displacements and new occupations forged processes of adaptation and the reinvention of territories.

The Içá also played a connective role among territories. From the seventeenth century—when Spanish and Portuguese expeditions used the river for territorial reconnaissance and contact with Indigenous peoples—through the early nineteenth century, with the beginning of more systematic

cartographic missions between Colombia, Peru, and Brazil, the river functioned as a corridor of movement and exchange.

Between 1850 and 1870, navigation intensified for the trade of forest products, accompanied by the establishment of commercial and missionary posts. From 1880 to 1910, during the rubber boom, the river became an essential route for transporting latex and a setting for the emergence of large *barracões* and rubber enterprises. With the decline of rubber between 1911 and 1920, commercial activity diminished, but the Içá retained some posts dedicated to fishing and the collection of forest products.

The river continues to exercise this role of interconnection today. One example is the circulation of Colombian fuel barges that descend the Putumayo from Puerto Asís, cross the border into Brazil, reach Santo Antônio do Içá, then travel upriver along the Solimões, crossing the Brazil–Colombia border again to supply Leticia.

Population movements toward the Içá in the twentieth century are also linked to the rubber era. Kambeba and Tikuna interlocutors reported that, at the beginning of the century, peoples affected by the violence of rubber exploitation along the Putumayo between Colombia and Peru arrived in the region seeking refuge. Among them were the Witoto and Bora–Miraña, groups known in the ethnographic literature as *gente de centro* (“people of the center”) (Pineda 2000, 2010), as well as Yagua and Tikuna peoples.

The current use of *aterrados* as fishing stations, habitation sites, and planting areas by today’s population is attributed by Kambeba and Kukama residents of Itu and Mamuriá to the Witoto who arrived under these circumstances. Witoto villages were reported in the upper Içá during the 1950s and 1960s, shortly before the installation of the Kambeba, Kukama, and Tikuna families who currently populate the area (Chief Higino Kukama, personal communication, 2025).

From the early twentieth century through the 1970s, *colocações* established along the Mamuriá, Urutaú, and Paraná do Jaci streams, as well as at the Julieta *aterrado*, among others, served as residences for Indigenous peoples originating from other parts of the Solimões and Javari, as well as for migrants from northeastern Brazil. Some Tikuna families continued to reside in these places after the collapse of the rubber market in 1984, turning to swidden cultivation and other forms of forest management.

It is also likely that the northwestern portion of the Içá constitutes territory of isolated Indigenous peoples. During the Inventory, reports were recorded of the presence of Marubo and Kaixana peoples, as well as of conflicts with Indigenous

groups described as *caceteiros*, painted red, who reportedly passed through the region. According to information gathered from residents, these groups were likely Maku, coming from the north (Appendix B: *Evidence of Isolated Indigenous Peoples in the Upper Içá*).

Between Military and Indigenist Institutions

The border location of the upper Içá has also shaped its current configuration. Between 1890 and 1900, territorial disputes among Brazil, Colombia, and Peru reinforced the region's strategic importance, culminating in military and diplomatic expeditions in 1904 and 1905 to demarcate borders. National boundaries in this region assumed their current form in the 1920s and 1930s, and were effectively implemented beginning in 1933, following the end of the Colombia–Peru war and the 1934 tri-national agreement that defined the Apaporis–Tabatinga line marking the division between Colombia and Brazil along the Putumayo/Içá frontier (Zárate 2008, 2019; Ramírez 2015). These border treaties consolidated the use of the river as both boundary and integration route—a function that continued in the second half of the twentieth century with the presence of religious missions and military posts (Ramírez 2015).

From an intercultural territory shaped by flows and disputes, the Putumayo–Içá became divided between two countries. As a result, during the twentieth century, Brazilian institutional presence gained prominence—particularly indigenist and military institutions.

The *Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais* (Service for the Protection of Indians and the Settlement of National Workers), created in 1910 to provide assistance to Indigenous peoples and establish agricultural centers (Brazil 1910), was replaced by FUNAI in 1967 (Brazil 1976). The SPI was more present along the Solimões than the Içá, and according to Pacheco de Oliveira (2015), despite its formal role as a “protector,” the SPI frequently reproduced practices of domination, aligning with the interests of bosses and landowners and facing difficulties in effectively guaranteeing Indigenous territorial possession. FUNAI inherited its structure and some of its tutelary practices; although institutional changes occurred, relationships with Indigenous communities retained aspects of control and centralization, continuing an indigenism that operated as domination.

During the military dictatorship (1964–1985), Amazonia became a matter of national security. Indigenous affairs, already under federal jurisdiction, also became strategic interests, and indigenist policy was more strongly influenced by militarism.

In this same period, between 1968 and 1984, Santo Antônio do Içá was designated a municipality of national security interest. As such, its mayor (*biônico*) was appointed by the governor and required to “deserve the confidence” of the president (Brazil 1968, 1984). In 1969, the Solimões Border Command (*Comando de Fronteira do Solimões* – CFSOL) was created (Brazil 1969), headquartered in Tabatinga and with jurisdiction from the Javari to the Japurá rivers—certainly including the Içá.

This structuring role of military institutions did not end with democratization. On the contrary, the *Calha Norte Project* (1985–1990), which among other measures established the Border Strip (150 km along international borders), maintained the continuity of military tutelage over Amazonia and Indigenous policy (Pacheco de Oliveira 2021: 20).

In 1992, the CFSOL assumed its current configuration as the Solimões Border Command / 8th Jungle Infantry Battalion, to which the 2nd Special Border Platoon (PEF) Ipiranga—located on the Içá River at the Brazil–Colombia border—is subordinate. The first PEF headquarters had been completed in 1956 in what is now the community of Nova Esperança, also known as Ipiranga Velho. Residents recall this initial installation through the 1970s; in 1974 it was relocated upriver to the Colombian border, where the 2nd PEF remains today.

A New Organizing Center: Vila Alterosa do Juí

A new structuring force took hold in the region in the 1970s: the Santa Cruz religion and its spiritual and territorial center. On November 3, 1974, Vila Alterosa do Juí—initially named Vila UPA de Jesus (*União, Paz e Amor*—Union, Peace, and Love)—was founded as the spiritual headquarters of the Irmandade da Santa Cruz, conceived as a “spiritual city” and a place of salvation.

Its founder, José Francisco da Cruz, born in Minas Gerais in 1913, began a pilgrimage carrying a Bible and a cross, traveling through several Brazilian states as well as Uruguay, Argentina, and Paraguay, before moving toward Brazil's Central-West and Northern regions, Peru, and Colombia, and ultimately settling at the Juí (Paula 2018; Guareschi 1985; Oro 1977).

Oro describes the Santa Cruz religion as a messianic movement with a strong syncretic character, combining elements of Catholicism (crosses, prayers, processions), evangelical influences (emphasis on the Bible and hymns), and Indigenous practices (visions, healing, and prophecy), thereby creating its own system of worship and identity. Its central symbol is the wooden cross, planted in each affiliated community, before which collective prayers are held (Oro 1977, 1989). Its structure is hierarchical yet decentralized: each community has a leadership committee with several members and a director or local leader responsible for coordinating rituals, maintaining discipline, and representing the group in regional meetings. Larger gatherings bring together multiple villages to commemorate the date of the cross's planting in each community, reinforcing movement cohesion and the authority of central leadership.

José Francisco da Cruz led the Irmandade da Santa Cruz and the village from 1974 until his death in 1982, within an economy based largely on exchanges of goods and services, with limited monetization. After his death, leadership of the village and church passed to Pastor Valter Neves da Cruz until 2007. During his tenure, community labor—previously sporadic—became routine. As Vila Alterosa do Juí's population grew, supply shortages and hunger emerged, requiring expansion of resource sources and increasing pressure on neighboring territories (Oro 1989). His leadership emphasized construction and infrastructure and adopted a more authoritarian style, generating internal conflicts. He was succeeded by Pastor Dalmácio Pinheiro de Castro, the current authority (Paula 2018).

Vila Alterosa do Juí occupies a strategic location along the middle course of the Içá, between the border and the municipal seat, and near the Içá River and the Puretê stream, facilitating access to territories in Peru and Colombia. According to Paula (2018) and residents' accounts, the village offers a range of services that make it central to the local and regional urban network—particularly in education and health—and it concentrates the electorate in one of the four polling locations outside the municipal seat. It is also a commercial hub, both for retail trade and for marketing agricultural and extractive products from the region. As the spiritual headquarters of the Irmandade da Santa Cruz, the village attracts followers and serves as the “mother church” for 68 localities in Peru, 43 in Brazil, and 13 in Colombia. The religion has reshaped settlement patterns along the Içá by concentrating population in the village (1,683 people according to the 2010 IBGE Census), guiding the

establishment of several present-day communities, and promoting circulation among communities through commemorative festivities.

Although the communities of the upper Içá are located in areas that were inhabited in the past, the founding of many of them is frequently associated by current residents with encouragement and authorization granted by Brother José. This is the case of Mamuriá II, where the cross was reportedly planted by him in 1973, and Três Corações, located along the Itu stream, whose name in the Kambeba language means “wind,” and where the cross was planted around 1972.

More Recent Foundations, New Institutional Relations, and the Strengthening of Indigenous Identity

The 1980s mark a decisive moment in the recent history of settlement along the upper Içá River. In 1981, Mr. José Adão founded Santa Terezinha; in 1983, Mamuriá II was formally registered with the civil registry, and the cross of Mamuriá I was planted; and in 1989, Nova Esperança was founded. In 1986, the National Indigenous Peoples Foundation (FUNAI) formally registered Tikuna and Kukama populations in Mamuriá.

During the 1990s, pressure on natural resources intensified in multiple ways. Residents reported the presence of approximately 70 dredges searching for gold; Vila Alterosa do Juí expanded, increasing demand for food; and the availability of fish and game began to decline. According to numerous testimonies recorded during the Inventory, this pressure—exerted by “outsiders” through lake invasions, hunting, and selective logging—has continued to increase into the twenty-first century.

The 2000s also brought changes associated with infrastructure and social policy: zinc roofing replaced thatch, gas stoves became more common, and social programs related to pensions, *Bolsa Família*, health, and education expanded. Communities of the upper Içá began to be registered by the Indigenous Health Secretariat (SESAI), created in 2010, and to receive services from the Alto Rio Solimões Special Indigenous Health District (DSEI-ARS), headquartered in Tabatinga and operating a base in Vila Betânia since 2017. It is also important to note the founding of the Nova Floresta community along the Urutauí stream in 2022, and its inclusion in health and education policies in 2025, including the hiring of its first teacher and formal registration with SESAÍ.

In the twenty-first century, the population of the upper Içá—predominantly young—has increasingly asserted its rights as Indigenous peoples. After having been considered extinct and having their identity denied for decades (ISA 2018), by 2010 there were 9,636 people self-identifying as Kokama living along the Solimões/Amazonas and Içá rivers in Brazil, extending as far as the Ucayali River valley in Peru, according to a report by the now-defunct National Health Foundation (FUNASA). A process of identity reclamation is underway across multiple practices and discourses.

For example, in Mamuriá II, children stopped learning the Kokama language in the 1980s following the death of one of the last fluent speakers in the family and due to religious prohibitions. Today, however, the language is undergoing revitalization, with plans to hire a Kokama-language teacher in 2026. In recent decades, the creation and official recognition of Indigenous lands, along with processes of self-determination, have enabled the return of Indigenous collectives to their ancestral territories, increasing cultural diversity through the presence of Kokama, Kambeba, Kaixana, Kanamari, Witoto, and Tikuna peoples.

The Present: A Territory with a Living History

The history presented in this chapter can be understood as a set of fundamental, dynamic, and interconnected components of the present-day territory. Archaeological research demonstrates that the upper Içá is the result of large-scale landscape engineering that supported the construction of at least nine *aterrados* in floodplain environments and extensive areas of Indigenous dark earth (*terra preta indígena*) in upland forests. These sites were—and continue to be—managed through multiple strategies that intertwine fisheries resources, terrestrial fauna, and the management and domestication of plants (Amaral & Holanda de Araújo 2025).

These findings were only possible due to the living presence of ancestral knowledge systems transmitted through oral tradition—in narratives and practices maintained by Kambeba, Tikuna, Kokama, Kaixana, Bora–Miraña, Witoto, Maku, and Marubo peoples.

The contemporary population is heir to a long history of circulation and adaptation, in which territorial management knowledge, health practices, and relationships with *encantados* (spirit beings) are nourished by intercultural coexistence. This is reflected in individual and family trajectories of residence and mobility across the Putumayo, Içá, Solimões, Javari, and Japurá river basins. In present-day communities, family and ethnic histories function as key markers of identity, serving both to organize intercultural relations and to support claims for rights and recognition, as well as to propose consensus or resolve conflicts (see Chapter 11).

4. Conclusion

For the communities of the Alto Içá, history is an organizing element of their vital systems. This chapter contributes to the assertion of rights vis-à-vis Brazilian national society and to the preservation of the ways of life, customs, and territories of the peoples of this region by making this history visible and by establishing a connection between past and present.

The analysis presented here reveals how this territory—long characterized as a space of circulation, exploitation, and disputes over the control of commerce and people—is also a territory of refuge and intercultural richness. It has been shaped by its inhabitants over millennia, as demonstrated by large-scale landscape engineering and the living presence of ancestral knowledge and practices.

Despite profound hardships, these communities have relied on resistance and resilience, keeping alive systems of knowledge and ties to the forest, the rivers, the rhythms of water and plants, and the *encantados* who move between their worlds (see also Chapter 10). Historical and archaeological research shows that these millennial relationships are what have given the landscape its present form—and that many of these sites, strategically embedded in the landscape, are today also places of residence, celebration, and cultivation. Indigenous history here is not merely buried underground: it grows alongside açai, tucum palms, manioc, and yams.



Figura 1. Maria Rossi conversa com seu Milton e dona Claudina na comunidade Mamuriá I. Foto, Francisco Lima.

Figure 1. Maria Rossi speaking with Milton and his spouse Claudina in the Mamuriá I community. Photo by Francisco Lima.



Figura 2. Aterrados na região do baixo rio Içá na cheia, local de moradia na atualidade e continuidade nos sistemas de manejos agroflorestais. Google Earth.

Figure 2. Aterrados, as seen in Google Earth imagery, in the lower reaches of the flooded Içá river, part of a continuously inhabited and managed agroforestry system.



Figura 3. Aterrado localizado na região do baixo rio Içá, atualmente é utilizado como local de habitação e manejo agroflorestal. Márcio Amaral.

Figure 3. Aterrado in the lower Içá River region, which today is utilized both as a home site and for agroforestry activities. Photo by Márcio Amaral.



Figura 4. Aterrados e cavadas no alto do Içá e as continuidades históricas e sistemas de manejo integrados em áreas de várzeas, similaridades registradas no rio Solimões e baixo Içá. Amaral, Rossi e Lima.

Figure 4. Archaeological sites in the Alto Rio Içá region are part of a historical continuity of integrated management in flooded forests, in a similar manner as seen in the Solimões and lower Içá rivers.



Figura 5. Perfil exposto de aterrados na região do alto rio Içá, evidências de um complexo de sítios artificiais para explorar e cultivar um gradiente de habitats e recursos.

Figure 5. Traced profiles of aterrados in the Alto Rio Içá region, evidence of a complex of manmade sites to exploit and cultivate a gradient of habitats and resources.

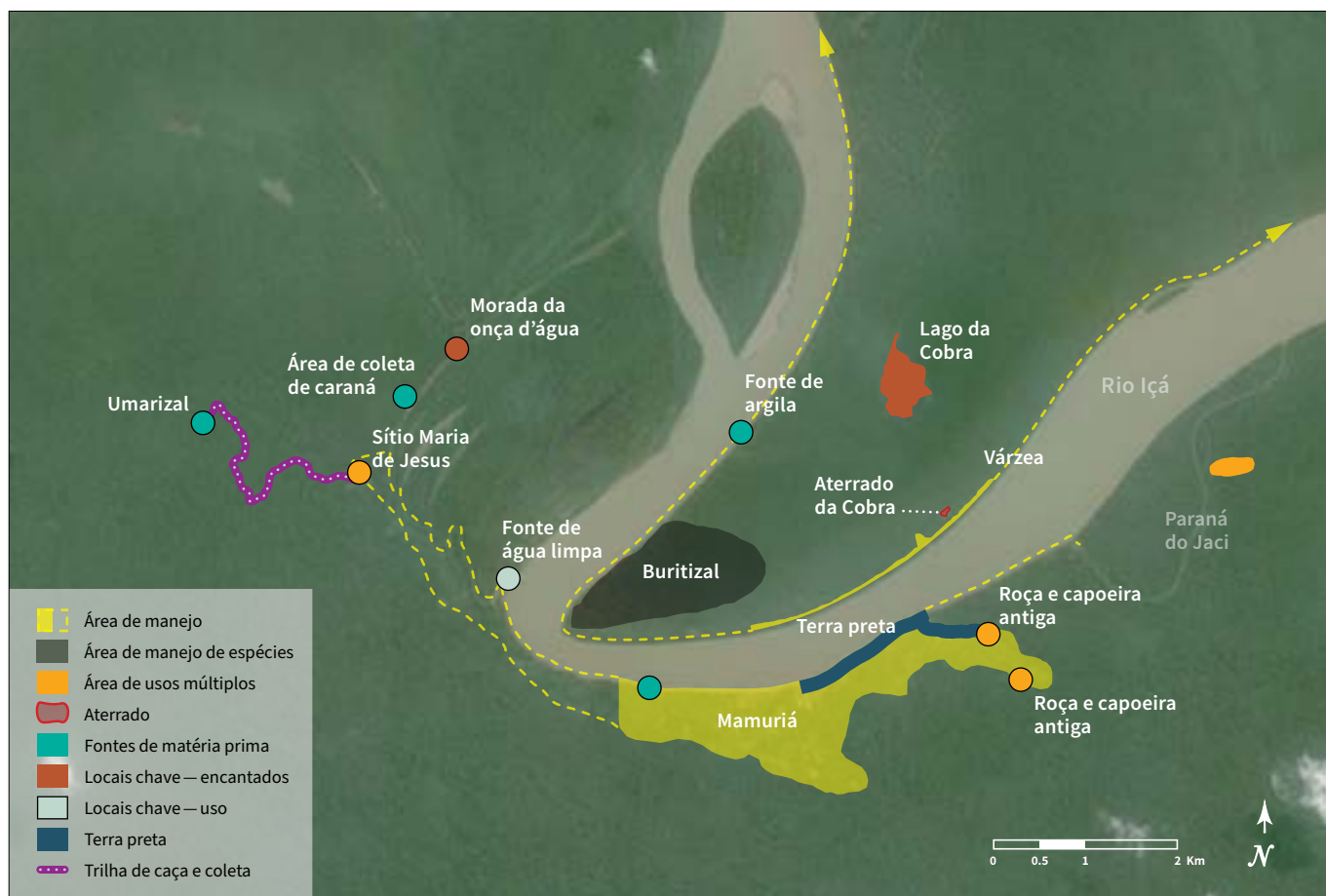


Figura 6. Continuidades históricas de sistemas integrados e manejo do território em Mamuriá, elaborado a partir de mapas mentais e da oralidade dos moradores de Mamuriá.

Figure 6. Historical continuities of integrated systems and land management in Mamuriá, developed from mental maps and the oral history of Mamuriá residents.



Figura 7. Cultura material cerâmica e lítica no alto Rio Içá

- **7A.** Fragmentos cerâmicos em superfície com decoração pintada em faixas largas e linhas finas na cor vermelha sobre engobo branco, sítio Mamuriá. Francisco Filho.
- **7B.** Coleções de superfície, organizadas pelos moradores de Mamuriá com fragmentos que apresentam incisões simples e duplas e de estilo incisa e ponteadada de aspecto antropozoomorfo. Fernando Bessa

Figure 7. Cultura material cerâmica e lítica no alto Rio Içá

- **7A.** Fragmentos cerâmicos em superfície com decoração pintada em faixas largas e linhas finas na cor vermelha sobre engobo branco, sítio Mamuriá. Francisco Filho.
- **7B.** Coleções de superfície, organizadas pelos moradores de Mamuriá com fragmentos que apresentam incisões simples e duplas e de estilo incisa e ponteadada de aspecto antropozoomorfo. Fernando Lessa.



Figura 8. Dona Maria Celina e seu José Herculano, casal tikuna, na reunião de apresentação de resultados em Mamuriá II. Fernando Lessa.

Figure 8. Dona Maria Celina and her husband José Herculano, a Tikuna couple, at the results presentation meeting in Mamuriá II. Fernando Lessa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / BIBLIOGRAPHY

ALENCAR, Edna. O tempo dos padrões ‘brabos’: fragmentos da história da ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã. *Amazonica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 1, n. 1, abr. 2016. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/148/220>. Acesso em: 23 jul. 2025. doi: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v1i1.148>.

AMARAL, Márcio. Os Tapajó enterravam seus mortos? Reflexões sobre tratamentos funerários entre os Tapajó. Dissertação (Mestrado em Diversidade Sociocultural). Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. 2024.

AMARAL, Márcio, ROSA, P.C., CASSINO, M., Arqueologia e Simbologia na Região do Baixo rio Jurua. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Anais eletrônicos do XX Congresso Brasileiro de Arqueologia. Pelotas, Rio Grande do Sul-Brasil.2020.

AMARAL, Márcio, TAMANAHA, E.K., ARAÚJO.H.L.G., Aterrados e cavadas construções monumentais no médio-alto Solimões Livro de Resumos 18º Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia. Karine Lopes; Kelly Torralvo; Rafael Rabelo (Organizadores). - Tefé: IDSM, 2022.

AMARAL, Márcio. Relatório Aterrados e Cavadas do Baixo Curso do Rio Içá. Região do Médio – Alto Curso do Rio Solimões, Estado do Amazonas - Brasil. Laboratório de arqueologia do IDSM. Tefé. 2019.

AMARAL, Márcio, HOLANDA DE ARAÚJO, Geórgia Layla, Tamanaha, Eduardo Kazuo, Aterrados e Cavadas, construções monumentais do Médio – Alto Solimões. 18º Simpósio de Conservação e Manejo e Manejo Participativo da Amazônia. 2019. Tefé, Amazonas. ISBN: 978-65-86933-10-6.

AMARAL, Márcio, HOLANDA DE ARAÚJO, Geórgia Layla. Relatório Resgate Arqueológico Emergencial no município de Jutai-AM - região de Arumãduba, Sítio Lago do Cochila, Lago Grande de Arumãduba, rio Solimões.01-Processo n. ° 01490.000008/2025-21. Laboratório de Arqueologia do IDSM. Tefé. 2025.

AYALA, Patricia, CURTONI, F.P. Soberanía Epistémica y Ontológica En Lá Recuperación y Retorno de Ancestros/As a Sus Territorios. *Memorias Disidentes*. V. 2, Nº 4. Julio 2025. ISSN: 3008-7716. Sección Académica

BALÉE, W., HONORATO DE OLIVEIRA, V., DOS SANTOS, R. et al. Ancient Transformation, Current Conservation: Traditional Forest Management on the Iriri River, Brazilian Amazonia. *Hum Ecol* 48, 1–15. 2020. <https://doi.org/10.1007/s10745-020-00139-3>.

BRASIL. Lei n.º 5.449, de 04/06/1968. “Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os municípios que especifica, e dá outras providências”.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.183, DE 19 de dezembro de 1984. “Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica”.

LEI Nº 5.371, de 5 de dezembro DE 1967. “Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências.”

BRASIL. Decreto no 8.072, de 20 de junho de 1910. “Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e approva o respectivo regulamento.”

BRASIL. Decreto nº 63.975, de 10 de Janeiro de 1969. “Cria o Comando de Fronteira do Solimões, transforma a 7ª Companhia de Fronteira em 1º Batalhão Especial de Fronteira e dá outras providências.”

CABRAL, Ana; Rodrigues, Aryon. Evidências de Crioulização Abrupta em Kokama. *PAPIA* 13, 2003. P.180–186.

CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUNÁ, Cristobal. Descobrimento do rio das Amazonas. Traduzido e anotado por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941. (Série 5 - Brasileira - Vol. 203)

COUTINHO, W. Gente Valente: uma Coletânea Matsés. Histórias Indígenas no Vale do Javari (1866–1974). Tese de Doutorado (Antropologia), Universidade de Brasília,

FRITZ, S., [1691] – Mapa geographica del Marañon ó Amazonas... año 1691. Mapa manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, reproduzido no atlas do Barão do Rio Branco (PARANHOS, José Maria). 1899.

FRITZ, Samuel., El Gran Rio Marañon, o Amazonas con La Misión De La Compañía Iesus Geograficamente Delineado.Quito. 1707. <https://hdl.loc.gov/loc.wdl/wdl.1137>

FRITZ, S. O diário do Padre Samuel Fritz/Renan Freitas Pinto, organizador. Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Don Bosco, 2006.

GANDAVO, P. de M. [ca. 1570] — Tratado da terra do Brasil. História da província de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 1924.

HACON, V., PONTES, A.L.M., TERENA, L.E., and SANTOS, R.V. Por outras histórias da saúde indígena. In: PONTES, A.L.M., HACON, V., TERENA, L.E., and SANTOS, R. V., eds. *Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos* [online]. Belo Horizonte: Piseagrama; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022, pp. 10–34.

HILBERT, HILBERT. Resultados preliminares da Pesquisa Arqueológica no Rio Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropológica*. 75. Belém. 1980.

HOLANDA DE ARAUJO, L.G., AMARAL, M.A., TAMANAHA, K.E., Existem Ocupações Recentes no Interior do Amazonas? Reflexões Sobre o Modo de Vida em Tefé/AM. Volume 36 No.3 setembros - dezembro 2023. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v36i3.1013>

HOLANDA, G.L., AMARAL, A.M., Narrativas sobre o modo de vida dos povos amazônicos do passado e do presente em comunidades do Médio Solimões. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e023004, 2023.

HONORATO, V., ROCHA, B. Arqueologia dos Povos da Floresta. ESTUDOS AVANÇADOS 38 (112), 2024. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.003

IBGE, Censo Demográfico 2022. População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9606> consultada em 26 de maio de 2024.

LOPES, M., & NODA, H. (2021). História Ambiental no Alto Solimões, Amazonas: construções e (re)construções em comunidades indígenas e ribeirinhas a partir da dinâmica da vida e do trabalho. Tellus, 53–83. <https://doi.org/10.20435/tellus.v21i46.765>.

MACIEL, Benedito. “Entre os rios da memória: história, e resistência dos Cambéba na Amazônia brasileira”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Org.). Rastros da Memória: história e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

MACIEL, Benedito. Identidade como novas possibilidades: etnohistória e afirmação étnica dos Cambéba na Amazônia brasileira. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação “Sociedade e Cultura na Amazônia”. UFAM, 2003.

MACIEL, Benedito. Memórias e Identidades na Amazônia Indígena: Um estudo dos Cambéba habitantes do rio Cuieiras - Rio Negro. Manaus, 2000. 83p. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000 (Monografia de Graduação em História).

NEVES, Eduardo. O projeto Amazônia Central: arqueologia interdisciplinar no coração da Amazônia. 2003, Anais. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003. Acesso em: 09 jun. 2025.

OBBEREM, Udo. “Un grupo indígena desaparecido del oriente ecuatoriano”. *Revista de Antropología*, Sao Paulo, 1967–68, n. 15–16, p. 149–170.

OLIVEIRA, Ercivan Gomes de. Análise dos impactos socioambientais nas bacias hidrográficas urbanas das cidades de Tabatinga e Letícia na Amazônia / Ercivan Gomes de Oliveira. – Manaus, 2023. 291 f.: il. Color; 31 cm.

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um messias de índios de brancos. Petrópolis, RJ, Vozes; Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1989.

ORO, Ari Pedro. Tükuna: vida ou morte. Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola superior de Teologia São Lourença de Brindas, Vozes, 1977.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Regime tutelar e faccionalismo. Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus UEA Edições, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A Nação Tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira”. Mana. 27 (1): 1–31, 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a201>

PAULA Junior, Pedro Pontes de. A Vila Alterosa do Juí: Uma “Cidade Santa” na dinâmica da rede urbana no Alto Solimões, Amazonas / Pedro Pontes de Paula Junior. 2018

PINEDA CAMACHO, Roberto. Amazonia: entre una historia estructural y una historia virtual. In: TOBÓN, Marco Alejandro y Santiago R. DUQUE (eds.), Remando a varias manos. Investigaciones desde la Amazonia. Bogotá D.C., Universidad Nacional de Colombia. 2010. pp. 25–36.

PINEDA CAMACHO, Roberto. Holocausto en el Amazonas. Una historia social de la Casa Arana. Bogotá D.C., Espasa Fórum. 2000.

PINEDA CAMACHO, Roberto. La antropología histórica del Amazonas y ‘hombres y mujeres de carne y hueso’. In: CORREA RUBIO, François; Jean-Pierre CHAUMEIL y Roberto PINEDA CAMACHO (eds.), El aliento de la memoria. Antropología e historia en la Amazonía andina. Bogotá D.C., Universidad Nacional de Colombia / Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA) / Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). 2012. pp. 358–389.

PINEDA CAMACHO, Roberto. La historia, los antropólogos y la Amazonía. ANTÍPODA N°1 Julio – diciembre de 2005, P. 121–135.

PORRO, Antônio. As crônicas do rio Amazonas/tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da amazônia. RJ. Vozes. 1992.

PORRO, Antônio. O Povo das Águas. Ensaios de Etno-história Amazônica. Rio de Janeiro: Editora Vozes/EDUSP.1996.

PORRO, Antônio. O povo das Águas: Ensaios de etno-história amazônica / Antônio Porro – Rio de Janeiro: Vozes/EDUSP. 1996.

PORRO, Antônio. Os Omagua do Alto Amazonas Demografia e Padrões de Povoamento no Século XVII. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aporro-1981-omagua/Porro_1981_OsOmaguaDoAltoAmazonas.pdf

KOCH-GRÜBERG, Theodor. [1909] Dois anos entre os indígenas. Manaus, 2005.EDUA/FSDB.

RAMÍREZ PALACIOS, David. Rafael Reyes e o rio Putumayo ou Içá. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 5 | 2015, posto online no dia 17 dezembro 2015, consultado o 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1744>; DOI: 10.4000/terrabrasilis. 1744

REIS, Rodrigo Oliveira Braga. 2024 Política indígena no Vale do Javari: a luta pelo território e a conquista da cidade. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

ROCHA, C. Bruna, BELLETI, Jaqueline, PY-DANIEL, ANNE, MORAES, Claide, OLIVEIRA, Vinicius. NA MARGEM E À MARGEM: ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA EM TERRITÓRIOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 6 (2): 358–384, 2014.

RUBIM, Altaci Corrêa. O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru. Tese de Doutorado em Linguística, Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 2016.

SANTOS, Rafael Lisboa. 2023. Atuação do pelotão de fuzileiros de selva na faixa de fronteira da 16ª BDA INF SL associada a influência das operações de coordenação e cooperação com agências de 2020 a 2023. TCC de graduação em ciências militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende.

SILVA, Maurício André da. Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.71.2022.tde-17022023-153451>. Acesso em: 09 jun. 2025

Tamanaha, E. K., Amaral, M., Cassino, M. F., Lima, S. C., Neves, E. G., FURQUIM, L., & CARNEIRO, C. (2019). Diálogos e práticas arqueológicas. *Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. 1ed. Tefé: IDSM, 1, 152–168.

Winck, D. (2019). O mito da terra sem males. *Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Videira*, 4, e21759.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos G. Amazonía 1900–1940. El conflicto, la guerra e la invención de la frontera. Letícia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, 2019.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos G. Silvícolas, Siringueros y Agentes Estatales: El surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia, 1880–1932. Letícia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones. 2008.